

**APEGO AO LUGAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM UMA  
COMUNIDADE RURAL DO SUL DO ESTADO DA BAHIA - BRASIL**

<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018206-234>

**Nelma Lima Bruno<sup>1</sup>**  
**Christiana Cabicieri Profice<sup>2</sup>**  
**Paulo César Bahia de Aguiar<sup>3</sup>**  
**Marcelo Inácio Ferreira Ferraz<sup>11</sup>**

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apreciar a sustentabilidade ambiental da Comunidade Rural Fazenda do Povo de Ipiaú, Bahia, com ênfase em sua dimensão social e no apego ao lugar de seus membros. No plano conceitual discutimos o conceito de sustentabilidade ambiental e sua articulação com as comunidades rurais sustentáveis, a saúde ambiental e o apego ao lugar. Para avaliar a sustentabilidade ambiental da comunidade foi elaborado um formulário semiestruturado, com base na abordagem bottom-up, e aplicado a cada família da comunidade. Por meio de uma abordagem multimétodos, foi efetuado o levantamento de documentos e dados secundários e para a coleta de dados em campo foi utilizado formulário semiestruturado, entrevista, observação direta, registros fotográficos e de relatos. Para análise dos dados foram empregadas a análise de conteúdo e a matriz SWOT, além de processamento estatístico descritivo e correlacional. A análise qualitativa dos dados nos permitiu abordar o apego ao lugar da comunidade e sua relação com a sustentabilidade local. Como resultado obteve-se que a comunidade encontra-se em estágio geral de média sustentabilidade ambiental, mesma condição de sua dimensão social; apresenta importantes potencialidades internas, com destaque ao forte sentimento comunitário e expressivo apego ao lugar.

**Palavras-chave:** Comunidade rural; Sustentabilidade ambiental; Apego ao lugar; Saúde ambiental; SWOT.

<sup>1</sup> Graduada em Geografia pela UNEB Campus VI de Caetitê. Especialista em Agroecologia Aplicada a Agricultura Familiar – Residência Agrária, e Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC, Ilhéus, Bahia. E-mail: nelmalima06@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutora pela The City College of New York, CCNY, Estados Unidos da América. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC. E-mail: ccprofice@uesc.br

<sup>3</sup> Graduado em Geografia, Especialista em Agroecologia Aplicada a Agricultura Familiar – Residência Agrária, e Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC, Ilhéus, Bahia. E-mail: prof.pauloaguiar@bol.com.br

<sup>11</sup> Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras. Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e Tecnológicas da UESC. E-mail: mfferraz@uesc.br

## 1 INTRODUÇÃO

A análise da sustentabilidade ambiental local tem sido cada vez mais empregada para avaliar as comunidades humanas e compreender em que medida suas condições de vida e modos de produção são adequadas em termos ambientais, sociais e econômicos. O princípio da sustentabilidade, que será adiante discutido, deveria balizar, atualmente, a formulação de políticas públicas nos mais distintos setores como economia, educação e saúde. No âmbito rural a discussão da saúde ambiental tem orientado pesquisas interessadas em se aproximar da perspectiva das comunidades em relação às suas práticas agrícolas, à sua própria saúde e à qualidade ambiental. Contudo, a noção de sustentabilidade está distante de constituir-se como unanimidade teórica e política. Somos cientes de que uma abordagem crítica do conceito é possível e necessária, sobretudo se adotamos a perspectiva da justiça ambiental.

Ainda que nosso trabalho não tenha como objetivo uma profunda apreciação conceitual crítica da sustentabilidade, ele revela justamente como esta pode ser percebida pelas comunidades de uma maneira distinta da dos seus avaliadores. Sob uma perspectiva aberta à incongruência entre indicadores e percepção dos participantes avaliamos a Comunidade Rural Fazenda do Povo (CRFP), por meio do emprego de instrumento próprio, adaptado a partir de orientações teóricas e metodológicas desenvolvidas por investigações precedentes. Já durante as primeiras entrevistas, os moradores não apenas manifestaram sua vontade em permanecer onde estavam como revelaram sua opinião positiva em relação ao lugar em que moram e seu apego à comunidade local. Esta observação nos levou a refletir sobre como interpretar os índices de sustentabilidade ambiental levando em consideração aspectos que escapam à coleta de dados realizada com os instrumentos tradicionais de avaliação de sustentabilidade por meio da composição de indicadores.

O conceito de apego ao lugar, oriundo da psicologia ambiental, se revelou muito adequado à nossa investigação, visto que serviu como base para a compreensão do que produz o apego e pertencimento das pessoas ao local em que vivem. Nesta direção, iniciamos este artigo com uma breve descrição conceitual da

sustentabilidade ambiental e suas dimensões, bem como dos indicadores formulados para a sua apreciação. Em seguida abordamos o tema das comunidades rurais sustentáveis e da saúde ambiental, a relação entre sustentabilidade e apego ao lugar, estabelecendo as referências conceituais adotadas nesta investigação. O percurso de pesquisa bem como suas estratégias metodológicas, procedimentos e ferramentas são descritos, seguidos pela apresentação e discussão dos resultados. Nas considerações finais destacamos os aspectos que julgamos mais relevantes na pesquisa e que podem servir de base a futuras investigações acerca da sustentabilidade ambiental em comunidades rurais.

## **2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – CONCEITO, DIMENSÕES E INDICADORES**

A partir do relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) lançado em 1987, o desenvolvimento sustentável foi designado como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer as suas próprias necessidades (BRÜSEKE, 2001; HARRIS, 2003). Já na Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro garante aos seus cidadãos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2012). Segundo Guimarães e Feichas (2009), foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser disseminado de forma enfática e global, objetivando mudanças de comportamento na forma como os seres humanos se relacionam com o ambiente, bem como no modo de formular, executar e avaliar políticas públicas de desenvolvimento.

Sachs (2002) enfatiza que a definição de sustentabilidade não é a mesma de desenvolvimento sustentável, embora possam estar diretamente ligadas, preferindo tratar a questão em termos de sustentabilidade ambiental. Diegues (2003) salienta a necessidade em articular a sustentabilidade ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades e sociedades humanas, associados estritamente à reafirmação de seus elementos culturais e históricos. Nesta perspectiva a sustentabilidade ambiental nos remete à equidade social, à satisfação das necessidades básicas e à

democracia participativa. A saúde ambiental passa a ser o campo no qual as vinculações entre saúde e qualidade ambiental é discutido, a partir da percepção de uma comunidade que pode, consciente dessas mútuas implicações, assumir posicionamento ativo e participante da promoção de sua própria saúde coletiva (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014).

Para a avaliação da sustentabilidade de uma determinada comunidade normalmente o método mais utilizado é aquele que envolve o levantamento de indicadores, os quais trazem significativas informações sobre o contexto específico. Depondi, Eckert e Azambuja (2002) entendem por indicador um instrumento que permite mensurar as modificações nas características de determinado sistema. Esse instrumento fornece subsídios que possibilitam a avaliação do nível de sustentabilidade desse sistema a partir de estratégias participativas e metodologias de análise integrada de indicadores, bem como o seu monitoramento a partir de dimensões que sejam fundamentais para a compreensão da realidade pesquisada.

Na avaliação ambiental não existe a possibilidade de determinar a sustentabilidade de um sistema considerando apenas um indicador ou indicadores que se refiram a apenas um aspecto do sistema, pois a sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais e ambientais), e todos devem ser contemplados no cálculo do índice de sustentabilidade por meio dos correspondentes indicadores (SICHE et al., 2007).

De um modo geral, os indicadores permitem o estabelecimento de cenários acerca do estado do meio, a comparação de territórios e a realização de prognósticos de cenários, possibilitando a tomada de decisões para ações ambientais preventivas. Nesta direção, a identificação e seleção de indicadores de sustentabilidade que vão compor o instrumento de pesquisa deve sempre levar em consideração a participação dos moradores locais e partes interessadas, certamente os mais bem informados sobre as prioridades da comunidade. Assim, embora indicadores globais que informem problemas comuns sejam importantes, é necessário, a partir das especificidades de cada realidade, definir o que é vital para ser dimensionado em cada região, estado ou localidade (MALHEIROS; COUTINHO; PHILIPPI JUNIOR, 2012). Faz-se necessário adaptar os indicadores de sustentabilidade às escolhas, aspirações e projetos específicos de cada

comunidade, dando-lhes a possibilidade de influenciar na definição do que entendem por sustentabilidade, considerando as diferentes histórias, necessidades e realidades de cada território e sua diversidade cultural, social, econômica e ecológica (GALLOPÍN, 2003).

### **3 COMUNIDADES RURAIS SUSTENTÁVEIS E SAÚDE AMBIENTAL**

De um modo genérico, entendemos por comunidade, a partir do apresentado por Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009), e Collins (2010), a certos agrupamentos de pessoas que mantêm relações de interação, compreensão, partilha e solidariedade (coesão social), sendo a cultura, as tradições da coletividade, o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência no local, seus valores e a participação ativa dos indivíduos, fatores que a constitui enquanto tal, além de ser espaço de engajamento político e de contestação.

O meio rural é o espaço no qual as interações entre pessoas e ambientes, recursos, seres e processos naturais são mais diretas. Por esta razão as comunidades rurais têm sido especialmente analisadas em sua sustentabilidade (TARPANI, 1991; TIMAURE, 2007; BRANDEMBURG, 2010; FERREIRA; SILVA; ANDRADE, 2013). Pode-se entender que as comunidades rurais sustentáveis caracterizam-se, dentre outros fatores, pela adoção de práticas de usos da terra que conservam o meio ambiente e seus recursos e na qual a equidade social possibilita uma qualidade de vida compartilhada por todos seus membros.

Diferentes estudos acerca da sustentabilidade em comunidades rurais alertam que ela deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre suas diferentes dimensões, a exemplo da social, econômica e ecológica; portanto, é necessário adotar estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que assegurem maior sustentabilidade dos recursos naturais e equidade social (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Contudo, não devendo esquecer que essas dimensões, por estarem embutidas na dinâmica dessas comunidades, se manifestam de forma dialética e não em recortes. Os recortes dimensionais devem ser apenas estratégias metodológicas utilizadas como um ponto no processo de seu estudo e compreensão.

No plano nacional a política pública denominada Projetos para o Desenvolvimento Sustentável (PDV) é voltada para a organização de assentamentos em torno dos princípios da sustentabilidade, com forte ênfase na organização política interna, na adoção de um modo de produção de baixo impacto ambiental e no fortalecimento de sua identidade cultural (BRASIL, 2000). Contudo, estudos realizados acerca da saúde ambiental das comunidades de assentamentos rurais sob este programa revelam que nem sempre a saúde dos produtores era tão valorizada como a de seus processos e produtos, aspectos estruturais como o saneamento básico precário permanecem muitas vezes como dificuldades insuperadas e indicam que “ações fragmentadas dessas políticas, no tocante aos fatores e às variáveis de qualidade de vida e saúde das populações dos assentamentos, resultam na manifestação de invisibilidade do valor fundamental da saúde ambiental como base para qualquer intenção e prática de desenvolvimento humano” (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014, p. 464).

Fica evidente que a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e a qualidade do que é por estes produzido devem ser vistos como as duas faces de uma mesma moeda e que a ideia de saúde ambiental engloba o corpo social em suas diferentes escalas. Desse modo, as comunidades sustentáveis não constituem um micro universo fechado em si, mas indicam para a sociedade os possíveis caminhos para a sustentabilidade e, sobretudo, a ideia de que se por um lado ela pode começar localmente, por outro ela não pode jamais se esgotar sem se expandir pelas teias sociais que articulam o rural e o urbano, o natural e o industrial, o singular e o coletivo, o local e o global.

#### **4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E APEGO AO LUGAR**

A partir do entendimento de que as comunidades humanas localizadas (a exemplo das comunidades rurais) possuem grande potencial para a busca da satisfação das necessidades sociais básicas de seus membros e conjuntamente a garantia da conservação dos recursos naturais, percebe-se de imediato que o sentimento de apego dessas pessoas ao seu espaço é um componente primordial para que isso se concretize – precisando ser entendido e levado em consideração no processo. É o sentimento de pertencimento de cada pessoa ao espaço da

comunidade à qual faz parte, o seu apego, sua história de vida, as suas raízes, o que leva à construção da identidade para com o espaço (convertendo-o em lugar) – dentro de uma visão geográfica do que vem a ser o lugar. Portanto, são fatores que influenciam significativamente as diferentes formas como os participantes das comunidades humanas localizadas enxergam os ambientes em que vivem suas experiências cotidianas.

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009), entendem que a comunidade, tida como lugar, é carregada de sentimentos, emoções e significados, onde se constroem símbolos de luta, conquistas e poder; desta maneira a terra passa a ter um valor e um significado ao mesmo tempo individual e social. Para Elvas e Moniz (2010, p. 451), “quanto maior for a integração e a satisfação perante uma comunidade, maiores serão os benefícios individuais e comunitários”. Sendo que, em nível individual, haverá elevada sensação de bem-estar, qualidade e satisfação de vida, sentido de justiça e capital social, e menor isolamento e solidão. Em nível comunitário haverá maior colaboração e força comunitária, e mobilização e participação na busca pela mudança social.

Deste grande universo de percepções e expectativas das pessoas e comunidades em relação ao seu contexto, selecionamos para nossa discussão a noção de apego ao lugar, provindo da Psicologia Social. O apego ao lugar é definido como o vínculo emocional entre pessoas e determinados ambientes, constituindo-se como conceito multidimensional que busca compreender o complexo fenômeno da interação entre pessoas e ambientes e os vínculos que entre eles se estabelecem (HIDALGO; HERNANDEZ, 2001).

Necessário se faz esclarecer que há certa diferença entre a definição de apego ao lugar dentro da Psicologia Ambiental, conforme acabou de ser definido e que será um dos nortes deste artigo, e o conceito de lugar conforme definido no início deste tópico, baseado na linha Humanística da Geografia. Enquanto nessa linha da Psicologia Social o lugar é o ambiente em si/a própria comunidade/ e o apego é o vínculo a esse ambiente; no âmbito conceitual da Geografia Humanística, o sentimento de pertencimento (apego), as histórias de vida, as raízes, a identidade, são critérios para que determinado ambiente (espaço) seja considerado um “lugar”

para determinada pessoa ou grupos de pessoas – caso contrário ele será um “não lugar”.

O apego ao lugar nos auxilia na análise do porque as pessoas criam vínculos com determinados ambientes e que as fazem decidir por permanecer ou partir para outro. Atualmente, no plano acadêmico, há um conjunto de referências que podem ser consultadas para maior aprofundamento sobre aspectos conceituais do apego ao lugar (cf. ALTMAN; LOW, 1992; ANTON; EREN, 2013; HIDALGO; HERNANDEZ, 2001; GIULIANI, 2003; SCANNEL; GIFFORD, 2010).

O apego ao lugar vai à direção da sustentabilidade porque aciona uma espécie de ecoconsciência nas pessoas e gera uma disposição em cuidar do “seu ambiente” e melhorar suas condições. Este senso de pertencimento ao lugar, que toca fundo tanto pessoalmente como coletivamente, é a condição necessária para que se possa ir além do apego emocional e estabelecer conexões entre seu ambiente local e os demais níveis ambientais, em diferentes escalas locais e globais.

Segundo Elali e Medeiros (2011), o apego ou vínculo com o lugar envolve três dimensões: funcional, simbólica e relacional. A primeira está nitidamente associada ao papel do espaço físico como conjunto de elementos que atraem a pessoa; a segunda refere-se ao conteúdo de origem sociocultural e individual que atua como intermediário no relacionamento pessoa-ambiente; e, por fim, a terceira corresponde à interação dinâmica entre o envolvimento social cotidiano (sobretudo no que se refere a amigos e familiares) e as características do ambiente onde a mesma acontece.

Felippe e Kuhnen (2012) apresentam, na relação pessoa-ambiente, 23 indicadores que evidenciam o sentimento de apego ao lugar, e, por sua vez, McMillan e Chavis (1986) organizam o sentimento comunitário em quatro categorias (conferir o quadro 2) – ambas categorizações foram adotadas neste estudo. Segundo Lima e Bomfim (2009) há diferença entre o sentimento de comunidade e o de apego ao lugar: enquanto o primeiro está ligado à vinculação afetiva dos moradores com a comunidade (sentimento relacionado à vinculação dos sujeitos a um mesmo lugar e a uma forma de vida comunitária, podendo desencadear a participação para resolver dificuldades em comum), o segundo está ligado à

vinculação afetiva das pessoas com o ambiente (marcado por afetos e emoções na relação entre as pessoas e os lugares, incluindo os valores simbólicos, a permanência desta relação, etc.).

## **5 METODOLOGIA**

Dentro do processo metodológico, antecedendo à coleta de dados propriamente dita houve um período de observação e interlocução com a comunidade para obtenção da autorização de pesquisa e elaboração do instrumento de investigação. A realização da pesquisa foi aprovada pela liderança da comunidade e pelo poder público municipal, por meio de documento oficial. A pesquisa obteve ainda parecer favorável do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Santa Cruz, sob o nº 832.751. Após um pré-teste na comunidade, o formulário semiestruturado foi aplicado para um representante de cada domicílio (perfazendo um total de 111 representantes de residências), desde que este fosse um dos responsáveis pela família. Antes de sua aplicação o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e assinado. A pesquisa abrangeu 416 pessoas compreendidas entre crianças, jovens, adultos e idosos.

### **5. 1. MÉTODO, INSTRUMENTOS E PARTICIPANTES**

Para avaliar a sustentabilidade ambiental da CRFP foi elaborado um formulário semiestruturado o qual foi aplicado a cada família, construído com base na abordagem bottom-up (debaixo para cima), a partir da realização de pré-teste na comunidade, de modo que o instrumento fosse sensível às variáveis do contexto local. Cada indicador foi identificado a partir de um tema correspondente às dimensões de sustentabilidade adotada pela pesquisa: social; econômica; e uso e gestão dos recursos naturais e tecnológicos. Para cada indicador criou-se uma escala, adaptada de Likert, variando entre 0 e 4, de forma que o valor 0 representa a condição negativa e 4 representa a condição positiva do indicador. A partir da coleta e tratamento de dados e informações sobre os indicadores das três dimensões foi possível gerar um índice de sustentabilidade sendo  $0 < 0,8$  = nível de baixa sustentabilidade ambiental; de  $0,8 < 1,6$  = nível de baixa-média sustentabilidade

ambiental; de 1,6 a < 2,4 = nível de média sustentabilidade ambiental; de 2,4 a < 3,2 = nível de média-alta sustentabilidade ambiental; de 3,2 a < 4 = nível de alta sustentabilidade ambiental.

Em uma abordagem multimétodos, qualiquanti, a pesquisa efetuou o levantamento dos documentos existentes em relação à comunidade bem como a consulta das bases oficiais para obtenção de dados secundários. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados além do formulário acima descrito, entrevistas, observação direta, registros fotográficos e de relatos. Sobre os dados foi utilizada a análise de conteúdo das entrevistas e a elaboração da matriz SWOT. A análise de conteúdo se fez pela técnica de codificação, esta transforma os dados brutos do texto ou discurso, por recorte, agregação e enumeração, permitindo atingir uma representação do conteúdo (REIS; BELLINI, 2011). A ferramenta de análise SWOT, segundo Verdejo (2006), quando aplicada a comunidades rurais, objetiva identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizativo. Conforme Bastos (2014), o termo “SWOT” é um acrônimo das palavras strengths, weaknesses, opportunities e threats, que significam, respectivamente, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Efetuiu-se também o processamento dos dados e análises estatísticas (descritivas e correlação entre variáveis ordinais) fazendo uso dos programas Excel e Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Todos estes recursos metodológicos articulados nos permitiram traçar um perfil de sustentabilidade ambiental da comunidade. Neste artigo damos ênfase aos dados que se referem à dimensão social da sustentabilidade e ao apego ao lugar, obtidos por meio das respostas dos pesquisados às questões do formulário semiestruturado e das informações levantadas nas outras formas mencionadas.

## **6 A COMUNIDADE RURAL FAZENDA DO POVO**

Estudar uma determinada comunidade rural em seus aspectos de sustentabilidade ambiental e do apego ao lugar não é uma tarefa simples, mas é algo necessário para a compreensão do seu momento presente e assim lançar luz às suas possibilidades futuras, além de possibilitar a comparação com outras

realidades permitindo o planejamento de políticas que possam ser eficientes para o seu desenvolvimento.

Compreender determinada comunidade parte do entendimento de sua dinâmica interna, suas especificidades, as territorialidades que se estabelecem em seu espaço, e também as relações que estabelece com diferentes contextos.

Segundo Aguiar (2015, p. 21),

A dinâmica de uma determinada população no território, ocupando determinados espaços ou mesmo desocupando outros (mantendo relações e diferentes fluxos), é influenciada diretamente por questões econômicas, sociais, políticas e ambientais, tanto do contexto interno quanto do contexto externo ao local [...] as quais se relacionam dialeticamente.

.Sendo assim, estudar a Comunidade Rural Fazenda do Povo no que se refere à sua sustentabilidade ambiente na dimensão social e o apego ao lugar parte do entendimento de que se irá imergir em um conjunto de fatores e relações que revelará a singularidade dessa comunidade. Tal singularidade é fruto não apenas de suas características atuais, mas também por seu histórico de pioneirismo no processo de reforma agrária no contexto da microrregião onde está inserida.

## 6. 1. ORIGEM HISTÓRICA E CONTEXTO MUNICIPAL RECENTE

Localizada no espaço rural do município de Ipiaú, na Microrregião Ilhéus-Itabuna, distando 11 km da sede municipal e possuindo uma extensão territorial de 157 hectares e 25 ares, a CRFP foi uma experiência pioneira de forma agrária no Estado da Bahia. Criada em 1963 por iniciativa do Poder Público Municipal de Ipiaú, em razão de um momento de crise na principal atividade econômica municipal de Ipiaú e regional - a cacauicultura.

Nesse período a maior parcela da população municipal e da própria região encontrava-se distribuída pelos espaços rurais e dependia diretamente das atividades ligadas a terra (sobretudo o cacau) para sobreviver. Essa crise da cacauicultura em Ipiaú se deu em razão de uma grave seca ocorrida na época, levando ao desemprego e desamparo de vários trabalhadores rurais e, por consequência, também de seus familiares. Portanto, a iniciativa do então prefeito Euclides Neto em criar a referida comunidade rural, a partir da desapropriação de uma fazenda local (a fazenda Santo Antônio), tinha como finalidade primeira e

principal amparar as famílias desempregadas da cacauicultura, maltratadas pelas condições de semiescravidão a que eram submetidas nas roças de cacau, e dar-lhes uma possibilidade de moradia, acesso a terra para produzir e conceder-lhes certa autonomia.

O surgimento dessa comunidade, enquanto uma experiência de tendência socialista voltada ao acesso a terra, deu-se num momento de certas agitações na conjuntura nacional promovidas por segmentos da sociedade na busca por reforma agrária (acesso a terra), a exemplo das Ligas Camponesas no Nordeste. Embora o Estado Brasileiro não tenha se mobilizado para atender essas reivindicações. Outro fato marcante é que a CRFP foi criada no ano anterior à instalação do Regime Militar como forma de governo do Brasil, e essa comunidade rural municipal permaneceu intacta durante todo o período de vigência desse regime, mantendo-se até o momento atual.

Conquanto ao longo do século XX a base econômica da microrregião tenha sido o cacau, o que contribuiu significativamente para a maior concentração populacional pelos espaços rurais, no entanto, em Ipiaú já em 1980 essa não era a tendência, pois nesse ano 70% da população municipal se concentrava no espaço urbano, seguindo a tendência dos municípios de Itabuna e Ilhéus (maiores centros da microrregião) - tendência essa de urbanização da população em Ipiaú que só fez aumentar nas décadas seguintes: 80% em 1991; 87% no ano 2000; e 91% em 2010. O município de Ipiaú apresentou nas últimas décadas um significativo crescimento socioeconômico, levando-o a assumir e a manter até o presente momento a terceira posição entre os 41 municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna, possuindo inclusive o terceiro maior PIB e o terceiro maior IDH-M, atrás apenas dos municípios de Itabuna e Ilhéus (Centros polarizadores da região).

## 6. 2. CARACTERÍSTICA SOCIOECONÔMICA

Segundo o censo do IBGE de 2010, o município de Ipiaú possuía uma população de 44.390 habitantes e densidade demográfica de 166 hab./km<sup>2</sup>. Já no ano de 2015, conforme estimativa do IBGE, o município de Ipiaú apresentou uma população estimada de 47.501 habitantes. Portanto, as 416 pessoas da

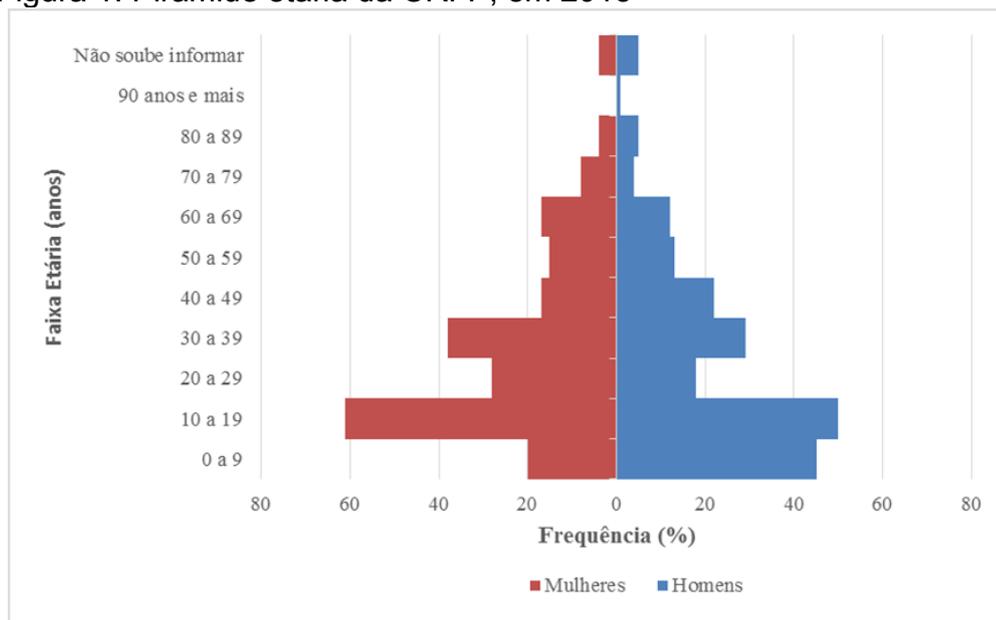
Comunidade Rural Fazenda do Povo abrangidas em nossa pesquisa, em 2015, dentro dos 111 domicílios visitados, correspondia a aproximadamente 0,9% da população do município de Ipiaú estimada para aquele ano.

A média de moradores pelos domicílios pesquisados é 3,7 habitantes por domicílio. Apesar da pesquisa ter abrangido 111 domicílios (famílias), por distintas razões, o Poder Público Municipal tem cadastradas 140 famílias (dado defasado, pois o município deveria atualizar os cadastros a cada dois anos, mas não tem cumprido esse requisito), e o Posto de Saúde da comunidade (PSF) tem cadastradas 134 famílias – pois leva em consideração os casos em que filhos constituem famílias (mas continuam morando com seus pais), como novas famílias para que possam obter certos benefícios; mas nossa pesquisa os considerou na família de seus pais.

Há um ligeiro predomínio das mulheres no total da população da CRFP, com oito indivíduos a mais para esse sexo se comparado com o sexo masculino. Predomina na população da comunidade as pessoas entre 10 a 19 anos de idade, com 111 indivíduos (26,7% dos habitantes). Essa faixa apresenta a maior frequência tanto de pessoas do sexo masculino (50 pessoas: 24,5% dos homens) quanto do sexo feminino (61 pessoas: 28,8% das mulheres) dentre as diferentes faixas.

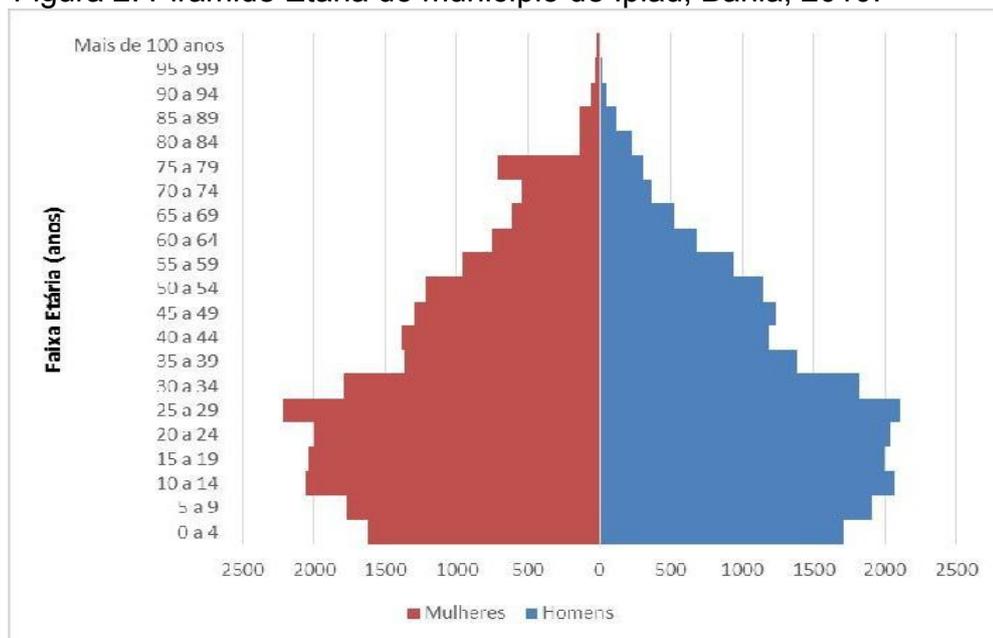
A CRFP apresenta como característica principal de sua pirâmide etária o seguir a mesma tendência da pirâmide etária do município de Ipiaú (Figuras 1 e 2), do Estado da Bahia e a do Brasil em ter um alargamento na base, ou seja, em ter um maior contingente populacional entre jovens, adolescentes e criança - divergindo da realidade de alguns outros assentamentos rurais da região e do país (COSTA; RALISCH, 2013; SILVA, 2014; AGUIAR et al., 2015). No aspecto educacional, a maior frequência de pessoas por faixa de estudo na comunidade é para a 1ª à 4ª série incompleta, com 22,8% dos moradores; e a segunda maior faixa é para a 5ª à 8ª série incompleta, com 14,2% dos moradores.

Figura 1. Pirâmide etária da CRFP, em 2015



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015).

Figura 2. Pirâmide Etária do município de Ipiaú, Bahia, 2010.

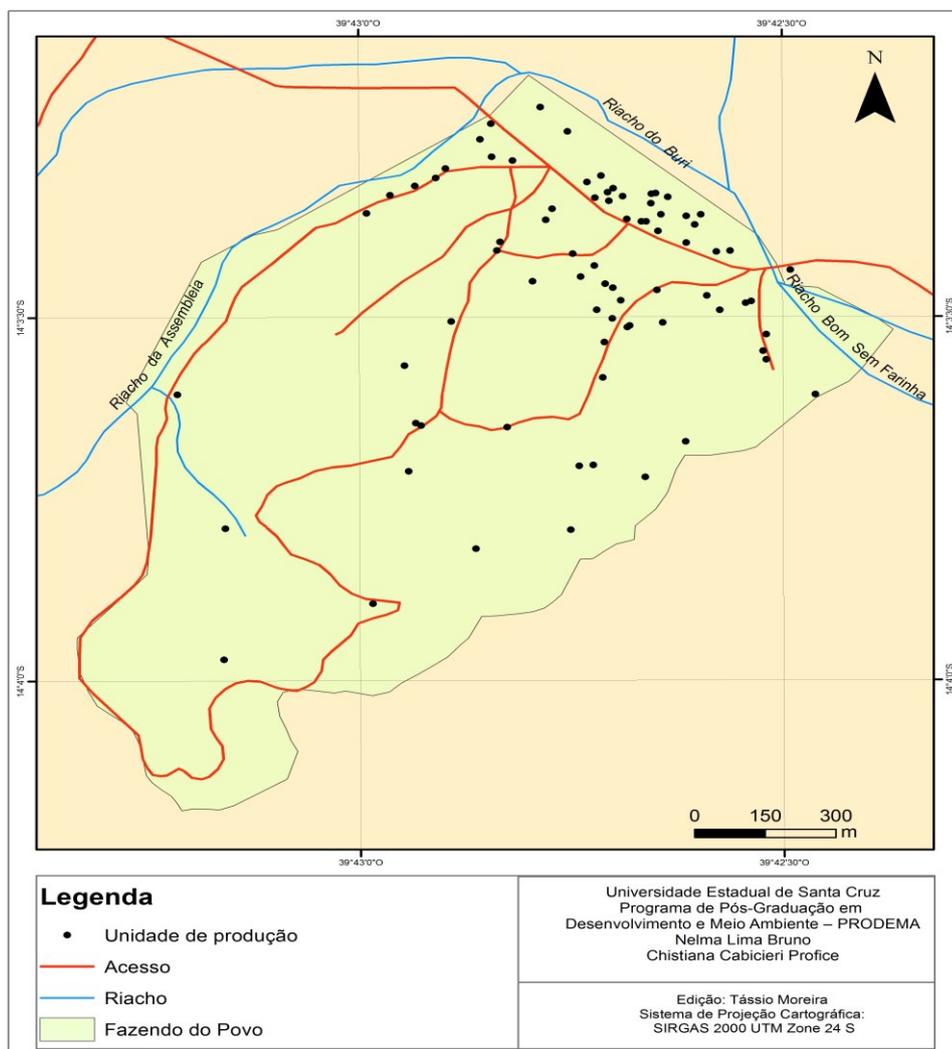


Fonte: dados do Censo IBGE 2010

Por sua vez, a principal atividade econômica da comunidade é a produção de olericultura, predominando as hortaliças folhosas – sendo identificadas 77 Unidades de Produção Familiar na comunidade onde esses cultivos são desenvolvidos, localizadas em sua maioria em áreas de brejo dentro da agrovila (Figura 3). Um total

de 121 pessoas, das 416 pessoas da comunidade, trabalha em atividades agrícolas dentro da própria comunidade (sendo 47 homens e 74 mulheres); 73 pessoas trabalham em outras profissões não agrícolas realizadas dentro ou fora da comunidade; e as restantes 129 pessoas estão entre idosos aposentados e crianças. Das 111 famílias pesquisadas, 42,3% tem nas atividades agrícolas a base de obtenção de renda. Os benefícios sociais, a renda agrícola e a renda não agrícola têm maior significância para as famílias que percebem uma renda mensal igual ou superior a R\$ 7.564,80 (representando a maior frequência de famílias que possuem esses tipos de composição de renda) - poucas possuem renda não agrícola.

Figura 3. Unidades produtivas de hortaliças na CRFP de Ipiáu, 2015.



Elaboração: MOREIRA, T. (2015).

### 6. 3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E APEGO AO LUGAR

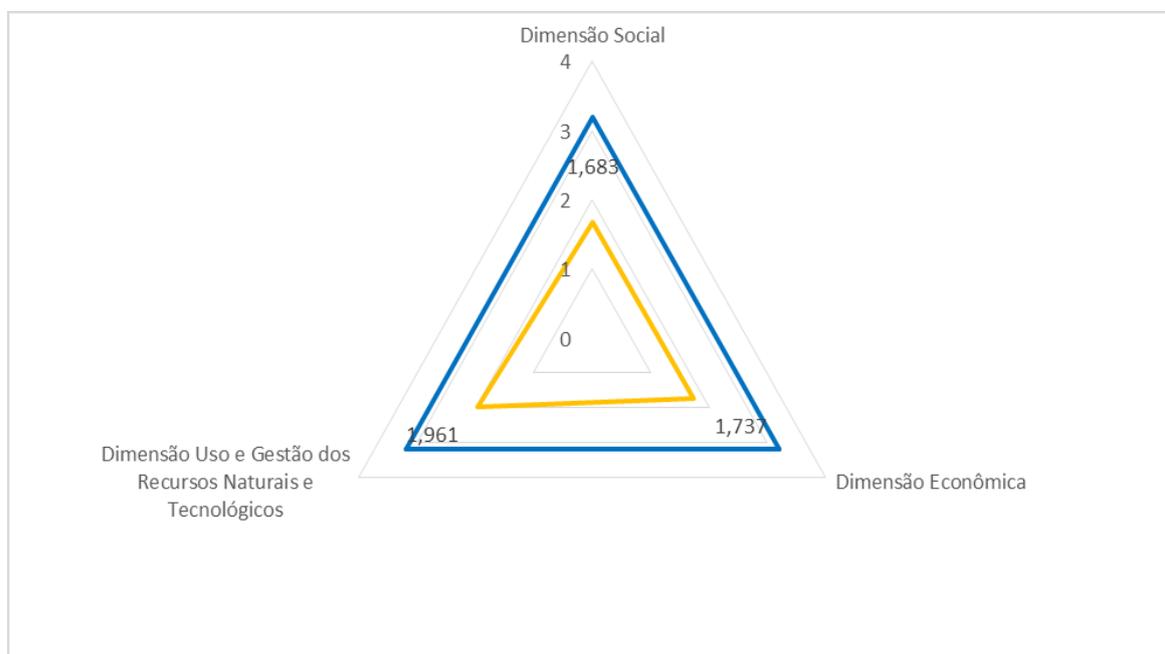
O grande desafio em avaliar a sustentabilidade ambiental de uma comunidade é a adoção de uma perspectiva holística, pois ela não requer apenas uma visão dos, por si só complexos, aspectos econômico, social e ecológico, mas também a interação entre estas dimensões. Os indicadores de sustentabilidade devem, portanto, refletir a dinâmica destas distintas dimensões conforme elas são vivenciadas pelos participantes. Neste sentido, os primeiros contatos foram decisivos para adquirir confiança dos moradores da comunidade, o que possibilitou a participação dos mesmos na identificação de indicadores durante encontros entre as lideranças e os pesquisadores. A discussão com os atores locais permitiu identificar também situações ligadas ao ambiente externo da comunidade que, de certa forma, influenciam na dinâmica desta, tal como: as péssimas condições das estradas, principalmente em períodos de chuvas prolongadas; atraso do poder público na regularização de documentos como o Contrato de Comodato e da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, e desatualização nas medições das Unidades de Produção Familiar; a falta de fiscalização do poder público com relação ao sistema de compra e troca irregular de terras na comunidade, dentre outros.

O modelo de identificação de indicadores de sustentabilidade ambiental adotado sustentou-se em uma aproximação multimétodos que combinou dados de origem qualitativa e quantitativa, e que permitiu visualizar os pontos fortes, fracos e anseios da comunidade, servindo de subsídio para que a mesma possa tomar decisões sobre as modificações necessárias para melhorar a sua própria sustentabilidade ambiental, além de facilitar a criação de políticas e programas para promover o desenvolvimento rural.

A avaliação da sustentabilidade ambiental da CRFP por meio dos indicadores apontou que esta se encontra em um nível de média sustentabilidade ambiental em cada uma das três dimensões levadas em consideração (social, econômica, e do uso e gestão dos recursos naturais e tecnológicos), e também em nível geral, o qual se encontra em 1,794, do intervalo de 1,6 a < 2,4 na escala adotada “0 a 4” (Figura 4). Nenhuma das três dimensões consideradas alcançou o limiar de sustentabilidade

“3,2”, correspondente ao limite mínimo da alta sustentabilidade – encontrando-se as três dimensões também no intervalo de 1,6 a < 2,4 (média sustentabilidade).

Figura 4. Avaliação geral das três dimensões de sustentabilidade pesquisadas da CRFP, Ipiaú, Bahia, 2015



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Dos temas avaliados na dimensão social (Quadro 1), o mais bem avaliado foi “Saúde e hábitos culturais”, com 2,571 (média-alta sustentabilidade - intervalo 2,4 a < 3,2), e o com pior avaliação foi “Educação e capacitação”, com 0,939 (baixa-média sustentabilidade ambiental - intervalo 0,8 a < 1,6).

Quadro 1. Avaliação dos indicadores da Dimensão Social da CRFP, Ipiaú, Bahia, 2015

Tema	Resultado do tema (Escala 0 a 4)
1. Educação e capacitação	0,939
2. Informação	1,450
3. Saúde e hábitos culturais	2,571
4. Segurança	1,204
5. Mobilidade	1,281
6. Participação e representação	2,151
7. Percepção do lugar	2,184
<b>Subíndice de Sustentabilidade da Dimensão Social</b>	<b>1,683</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Conforme o evidenciado pela ferramenta matriz SWOT (Quadro 2), para que a sustentabilidade da CRFP na dimensão social seja alcançada em sua plenitude faz-se necessário promover as potencialidades internas desta e reduzir as suas vulnerabilidades, por meio da busca de oportunidades com a redução das ameaças. As informações contidas na matriz SWOT possibilitam identificar que a CRFP apresenta importantes potencialidades internas, com destaque ao forte sentimento de comunidade e de apego ao lugar por parte dos moradores, os quais são reforçados em depoimentos de alguns destes: “Não consigo viver em outro lugar” (moradora da comunidade, 31 anos de idade); “[...] cheguei aqui quando criança, e hoje os meus filhos e netos que cuidam do nosso pedaço de terra [...]” (morador da comunidade, 62 anos de idade); “[...] os serviços e direitos que temos aqui, se a gente morasse na cidade não tinha” (moradora da comunidade, 23 anos de idade). Segundo Lima e Bomfim (2009), fatos como os citados se referem à satisfação das necessidades pessoais e também coletivas (vinculação entre os moradores e a comunidade); bem como apresenta base emocional associada à familiaridade com o tempo de residência no local, que de certa maneira estão ligadas a experiências concretas e cotidianas no ambiente.

No entanto, a matriz SWOT permite também identificar que a comunidade apresenta alguns pontos vulneráveis, os quais têm se tornado um entrave para o seu pleno desenvolvimento, a exemplo da ausência de oferta interna de educação de jovens e adultos voltada para o campo, bem como a inexistência de engajamento por parte dos moradores em movimentos sociais. Estes aspectos estão interligados visto que a precária formação dos moradores acaba se refletindo na baixa mobilização para a tomada de decisões coletivas e na falta de autonomia da liderança comunitária em relação ao poder público municipal. Acreditamos que esta desmobilização interna pode tornar a comunidade vulnerável a agenciamentos políticos oportunistas e eleitoreiros, bem como à chegada de novos membros descomprometidos com a sustentabilidade local. O fortalecimento da organização coletiva interna, partindo da mobilização e engajamento dos próprios moradores, pode fomentar a participação de jovens e adultos em movimentos sociais, e o surgimento de novas lideranças locais capazes de inserção em processos políticos

mais amplos de reivindicação da implantação de educação e cursos de base rural e da construção de projetos sociais regionais de desenvolvimento em longo prazo.

A vinculação entre apego ao lugar e a dimensão natural é evidente nas entrevistas realizadas quando relatam práticas de cuidado e conservação dos recursos naturais, revelando um conhecimento local altamente relevante. Não resta dúvida de que nos contextos rurais a interação cotidiana com ambientes, seres e processos naturais contribui para o apego ao lugar.

Quadro 2. Matriz SWOT (FOFA) como ferramenta de análise dos indicadores de sustentabilidade ambiental da CRFP de Ipiaú, Bahia, 2015.

DIMENSÃO	<u>ANÁLISE INTERNA</u>		<u>ANÁLISE EXTERNA</u>	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
SOCIAL	Permanência ou resistência no local e sucessão familiar (hereditarismo)	Dependência na tomada de decisão em relação ao representante da comunidade	Transporte público escolar disponível	Agenciamentos políticos oportunistas e eleitores.
	Sentimento de comunidade: mutirão de jovens e mulheres em atividades de uso comum; relações de vizinhança; amizade e parentesco (vinculação entre os moradores)	Ausência de educação de jovens e adultos voltada para o campo	Cursos profissionalizantes: saúde e educação	Ausência de políticas, projetos e programas de desenvolvimento social para a comunidade
	Apego ao lugar: a paisagem rural; a familiaridade local e o longo tempo de residência no ambiente	Defasagem Série-idade	-	A inserção de profissionais da área urbana: educação
	Serviços públicos oferecidos: escola para as séries iniciais; profissionais de saúde e posto médico (PSF); transporte público para deslocamento dos moradores e estudantes; caminhão público para escoamento dos produtos. Transportes de particulares.	Baixa garantia de segurança coletiva e pública	-	A facilitação ou permissão de ocupação da comunidade por novos moradores sem compromisso com a sustentabilidade local.
	Benefícios sociais concedidos: aposentadoria rural	Ausência de cursos de capacitação profissional da mão de obra local	-	-
	Crescimento da população (crianças e jovens)	Baixa representatividade da liderança; e baixo interesse dos moradores de representar	-	-
	Alta expectativa de vida da população idosa	Ausência de unidade escolar do fundamental II, ensino médio e profissional	-	-
	Integridade cultural religiosa: católica e evangélica	Baixo engajamento masculino em atividades coletivas	-	-
	Integridade cultural esportiva: torneios masculino e feminino com os jovens e adultos	Baixa participação familiar na associação	-	-
	-	Inadequação de espaço para reuniões coletivas	-	-
	-	Baixa absorção dos profissionais local nos serviços públicos: escola	-	-
	-	Não engajamento de moradores em	-	-

	-	movimentos sociais	-	-
	-	Ausência de autonomia da liderança em relação ao poder público	-	-
	-	Falta de plano de desenvolvimento comunitário	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2015). Elaboração: BRUNO, N. L. (2015).

O apego ao lugar e o sentimento comunitário estão entre os pontos fortes da comunidade, o que tornam “o comunitário” e “o lugar” contexto/ambiente singular para se viver as experiências cotidianas do se fazer ser humano (Quadro 3).

A sensação de bem estar e tranquilidade, para alguns moradores, influencia diretamente em sua permanência no lugar: “[...] a comunidade é um lugar muito bom e tranquilo para viver” (moradora da comunidade, 33 anos de idade); “Gostamos daqui porque é um lugar sossegado” (moradora da comunidade, 66 anos de idade). Além disso, normalmente os moradores associam o gostar do lugar com os benefícios que obtêm por estar na comunidade, pelas facilidades, ou pela relação amistosa com os outros moradores: “A comunidade é um lugar bom porque tem acesso à escola, transporte, posto de saúde e comunicação...” (morador da comunidade, 37 anos de idade); “A comunidade é um lugar tranquilo, os moradores trabalham a vontade e cada um tem sua terra” (morador da comunidade, 32 anos de idade); “Não tenho interesse de sair da comunidade para dar continuidade a tradição familiar do uso da terra” (morador da comunidade, 21 anos de idade); “Os vizinhos são solidários quando se trata de questão de saúde, alimentação, vigiar a casa na ausência” (moradora da comunidade, 18 anos de idade).

Além do contato intenso e cotidiano com a natureza, a qualidade de vida de quem vive em comunidades rurais, como a CRFP, é incrementada pelo uso da medicina natural, alimento de qualidade, ar puro, ausência de estresse de deslocamento ao trabalho, convivência familiar constante, proximidade entre parentes, agregados e conhecidos, tudo isso contribui para o apego ao lugar e para a saúde ambiental da comunidade. Há um sentimento e a consciência por parte de moradores da importância em preservar os recursos naturais, em especial a mata, e também um engajamento entre mulheres e jovens em atividades nesta direção: “Não tiro árvore da mata, porque se não a água seca” (moradora da comunidade, 55 anos de idade); “Não tiro a madeira da comunidade porque é da mata que vem a chuva” (morador da comunidade, 45 anos de idade); “Não desmatamos a madeira de lei, tiro apenas o cipó e deixo o filhote crescendo, e uso a madeira seca” (morador da comunidade, 50 anos de idade); “Sempre realizamos mutirões com as mulheres e

jovens da comunidade para a limpeza das represas de uso da comunidade” (moradora da comunidade, 33 anos de idade).

Quadro 3. Conceitos e categorias relacionados a apego ao lugar e ao sentimento comunitário.

INDICADORES DE APEGO AO LUGAR	SITUAÇÕES EVIDENCIADAS PELAS FAMÍLIAS DA CRFP	CATEGORIAS DO SENTIMENTO COMUNITÁRIO
1. Conforto	Tranquilidade; sossego	Sentimento de pertencimento do morador em relação à comunidade onde está inserido
2. Conhecimento do lugar	Detalhamento de formação da comunidade e do espaço físico	
3. Desejo de defender o lugar	Controle de invasão de pessoas externa; Proteção dos recursos naturais (água, solo e vegetação); e dos animais silvestres	
4. Desejo de proximidade e/ou envolvimento	-	
5. Dificuldades para substituição do local	Migrações temporárias	
6. Felicidade	A paisagem; uso da terra; renda própria; o controle do seu próprio tempo de trabalho; a disponibilidade de serviços essenciais (educação, saúde, transporte, aposentadoria rural); relação de parentesco e o convívio diário com a vizinhança	
7. Grau de atração	Acessibilidade aos serviços públicos oferecidos pelo poder público municipal; e o uso familiar da terra	Capacidade que o morador tem de influenciar a vida comunitária e de ser influenciado por esta
8. Grau de cuidado com o lugar	Monitoramento dos recursos naturais; observação de circulação de pessoas externas ao ambiente	
9. Grau de influência do lugar sobre os acontecimentos	Relação de confiança dos comerciantes da área urbana com os moradores da comunidade (negociação comercial e emprego)	
10. Mobilidade para a interação social	Acesso diário de transportes (públicos e particulares) da comunidade para cidade e desta para comunidade	
11. Percepção de controle e possibilidade de ação	-	
12. Prazer	Associado a fazer parte do histórico de formação da comunidade; ou residir neste local, do convívio/contato de algumas famílias com Euclides Neto	Integração e satisfação de necessidade coletivas dos moradores de forma cooperativa
13. Preferência	Migrações urbanas para comunidade	
14. Satisfação de interesses e necessidades	Associado aos serviços públicos oferecidos; renda própria; políticas públicas específicas para famílias rurais	
15. Segurança	No sentido alimentar e na proteção das famílias associadas a tranquilidade e sossego do ambiente	
16. Sensação de dependência	Moradores que não se enxergam residindo em ambientes fora da comunidade	
17. Sentido de lar	O apego ao ambiente físico (residência), hora construído ou reformado pela própria família; histórico de reprodução e constituição familiar (pais, filhos e netos)	
18. Sentimento de enraizamento	Associado ao acompanhamento do ciclo da natureza local; ao trabalho com a terra; a reprodução, constituição e evolução familiar (nascimento, crescimento); construção de lembranças e desenvolvimento de afeto	
19. Sentimento de identificação	Associado ao ambiente natural; aos aspectos tradicionais rurais e seu cotidiano	

20. Sentimento de orgulho pelo lugar	Associado a forma como as famílias adquiriram a terra	Conexão emocional compartilhada, onde os símbolos que são compartilhados pelos moradores da comunidade tem um significado especial para estes.
21. Sentimento de perda e/ou deslocamento pela separação	Moradores que saem da comunidade para trabalhar em lugares distantes (outros Estados)	
22. Sentimento de pertencimento	Construção dos laços com o lugar (relações de proximidade, vizinhança, compadrio)	
23. Sentimento de propriedade	As famílias se sentem donas da terra	
<b>Segundo Felipe e Kuhnen (2012)</b>	<b>Explicitado pelas famílias da Comunidade Rural Fazenda do Povo (2015)</b>	<b>Segundo McMillan e Chavis (in García et al., 2002)</b>

Elaboração: AGUIAR, P. C. B. de.; BRUNO, N. L. (2015).

#### 6. 4. ALGUMAS QUESTÕES DE CONTRADIÇÃO

A dinâmica de apropriação do espaço e de estabelecimento de diferentes tipos de relações por parte dos moradores da CRFP evidencia tanto a presença de relações amistosas entre eles quanto a presença de contradições sociais e alguns conflitos de interesses. Tais contradições, mesmo que de forma não acentuada, se manifestam tanto no que se refere ao uso ou mesmo comercialização não legalizada de certas áreas de moradia ou de produção, a utilização por parte de alguns moradores da comunidade de lixão público localizada em uma fazenda vizinha para retirarem materiais e assim obterem alguns recursos extras, em não se sentirem representados pela sua liderança comunitária ante o poder público municipal no que se refere a tomada de decisões ou na busca de melhorias para a comunidade, dentre outros fatores. Nas questões conflitantes, sobressai a utilização de áreas dentro do território da comunidade por parte do poder público municipal para extrair recursos (a exemplo de cascalheira) sem que contrapartidas positivas sejam dadas a comunidade; a tomada de decisão de ações em relação à comunidade por parte do mesmo poder municipal sem a participação dos moradores, os quais muitas vezes só ficam sabendo depois da decisão tomada; e a entrada no espaço da comunidade de pessoas estranhas ao seu ambiente – pessoas essas muitas vezes com índole duvidosa, o que tem proporcionado a ocorrência esporádica de alguns furtos em residências, ou mesmo o fato de alguns moradores passarem a se sentir inseguros em se deslocarem à noite dentro do território da comunidade, sendo que o poder público não oferece nenhum tipo de serviço de segurança no local, e a própria comunidade não desenvolveu um sistema alternativo de promover a própria segurança. Além disso, a baixa iniciativa na busca de certas melhorias por parte dos

próprios moradores tem propiciado com que o sistema de produção local possa ser identificado como artesanal, e desenvolvido, na maioria das vezes, com relativa dificuldade e muito esforço físico.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na CRFP a presença de crianças e jovens na composição da população da comunidade é significativa (e também a taxa de permanência no lugar), realidade distinta de outras comunidades rurais brasileiras que passam por um processo de envelhecimento e masculinização. Na perspectiva de manutenção deste padrão é urgente a necessidade de um planejamento de longo prazo voltado para essas camadas da população, para que possam ser absorvidas futuramente em atividades na própria comunidade. Portanto, há a necessidade da criação de oportunidades, vinculadas ao mundo agrícola e a demais setores profissionais, de estudo, trabalho e realização na própria comunidade para esses jovens atuais, e para os futuros jovens, para que não migrem para outros lugares ou fiquem susceptíveis a situações de risco pessoal e social. Como vimos, a sensação de segurança na comunidade é um dos importantes fatores de permanência nela.

Ao pensarmos na sustentabilidade ambiental ideal, tal como estabelecida numericamente na escala que nós mesmos adotamos, a CRFP ainda não alcançou um limiar satisfatório e talvez um pesquisador que tivesse acesso apenas ao índice encontrado, sem conhecer os demais aspectos apresentados neste artigo, deduzisse que os seus moradores lá permanecessem por falta de outras opções. Nada poderia estar mais distante da realidade conforme ela é vivenciada pelos participantes deste estudo. Pelo contrário, tivemos oportunidade de conhecer pessoas que amam o lugar em que vivem e que fazem o que está ao seu alcance para que ele continue sendo o seu lugar e o lugar das próximas gerações que, por sua vez, também não desejam partir. A sustentabilidade ambiental está muito além dos conceitos e dos índices, ela se encontra nas comunidades que, apesar de todas as inequidades sociais crônicas e injustiças ambientais impostas aos pequenos

agricultores familiares brasileiros, insistem em demonstrar que é possível viver bem com pouco e estabelecer relações menos destrutivas com os ambientes e seres.

## **PLACE ATTACHMENT AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY IN A RURAL COMMUNITY IN SOUTH BAHIA, BRAZIL**

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the environmental sustainability of the Rural Community Fazenda do Povo, Ipiaú, Bahia, with an emphasis on its social dimension and place attachment. On the conceptual level we highlight the concept of environmental sustainability and its relationship to sustainable rural communities, environmental health and place attachment. Through a multimethod approach, we collect local documents and secondary data; for the field data we apply a semi-structured questionnaire, interviews, direct observation, photographic records and reports. For data analysis we use content analysis and SWOT matrix, as well as descriptive and correlation statistical processing. The qualitative analysis allowed us to access community place attachment and its relationship with local sustainability. Our results show that the community is in an average stage of environmental sustainability, the same condition of its social dimension. The community has an important internal potential, highlighting the strong sense of community and significant place attachment, with relative awareness of environmental problems and its solutions.

**Keywords:** Environmental sustainability. Place attachment. Rural community. Environmental health. SWOT.

### **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, P. Evolução da população do município de Canavieiras no século XX e início do século XXI. **Jornal TABU**, Canavieiras, n. 882, p. 21, maio, 2015.

AGUIAR, P. C. B. de; BRUNO, N. L.; SAMPAIO, L. A. G.; COSTA, L. C. B. Desafios ao desenvolvimento do assentamento rural Coroa Verde, Município de Barra do Rocha, Estado da Bahia, Brasil. **Revista Entorno Geográfico**, Universidad del Valle, Colômbia, n. 11, p. 86-113, enero/dic. 2015.

ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Eds). Place Attachment. Human behavior and environment, v. 12, p. 53, 1992. Disponível em: <<https://www.amazon.com/Place-Attachment-Human-Behavior-Environment/dp/1468487558>> Acesso em: 15 out. 2015.

ALVES FILHO, J.P.; RIBEIRO, P. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.2, p.448-466, 2014

BASTOS, M. Análise SWOT (Matriz): Conceito e aplicação. Disponível em:<<http://www.portaladministracao.com/2014/01/analiseswotconceitoeaplicacao.html>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul./dez. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional dos Seringueiros. Metodologia para implantação dos projetos de desenvolvimento sustentável - PDS. Brasília, DF, 2000.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 430.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta Metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n. 3, jul/set. 2002.

CASTILHO, M. A. de.; ARENHARDT, M. M; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a04.pdf> > Acesso em: 30 set. 2013.

COLLINS, P. H. The New Politics of Community. American Sociological Association. University of Maryland, 2010.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba – SP, v. 51, n. 3, p. 415-432, jul/set. 2013.

DEPONDI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. de. Estratégia para a construção de indicadores para a avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 44-52, out./dez. 2002.

DIEGUES, A. C. Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: Nupaup-USP, 2003. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf> > Acesso em: 30 set. 2013.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. de. Apego ao lugar (Vínculo com o lugar – Place attachment). In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ELVAS, S.; MONIZ, M. J. V. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, v. 3, n. XXVIII, p. 451-464, 2010.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 609-617, out./dez. 2012.

FERREIRA, H. H. S.; SILVA, C. M. M. da.; ANDRADE, F. A.V. Ambiente e Sustentabilidade em Comunidades Rurais da Amazônia: Um Estudo das Dimensões Ambientais na Comunidade de Bom Socorro do Zé Açú no Município de Parintins-AM/Brasil. **Revista Desarrollo Local Sostenible**. v. 6. n. 18, oct. 2013.

GALLOPÍN, G. A. A systems approach to sustainability and sustainable development. Santiago de Chile: CEPAL, **Serie Medio Ambiente y Desarrollo**, n. 64, 2003. Disponível em: <  
[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5759/S033119\\_en.pdf;jsessionid=C89D4351AC1239E64ECF71EEBD22DDA6?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5759/S033119_en.pdf;jsessionid=C89D4351AC1239E64ECF71EEBD22DDA6?sequence=1)> Acesso em: 13 mar. 2015.

GIULIANI, M. V. Theory of attachment and place attachment. In: BONNES, M. LEE, T.; BONAIUTO, M. (Eds.), **Psychological theories for environmental issues**. Aldershot: Ashgate, p. 137-170, 2003.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XII, n. 2. p. 307-323, jul./dez. 2009.

HARRIS, J. M. Sustainability and Sustainable Development. International Society for Ecological Economics. Internet Encyclopaedia of Ecological Economics, 2003. Disponível em: <  
[http://communicationsskills.yolasite.com/resources/Article\\_Sustainable%20Development%20vs%20Sustainability.pdf](http://communicationsskills.yolasite.com/resources/Article_Sustainable%20Development%20vs%20Sustainability.pdf)> Acesso em: 13 out. 2014.

HIDALGO, M. C.; HERNANDEZ, B. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, p. 273-281, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População do Brasil: 2010. Censo Demográfico de 2010.

LIMA, D. M. A. ; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente : diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez., 2009.

MALHEIROS, T. F.; COUTINHO, S. M. V.; FHLIPPI JUNIOR. A. Construção de Indicadores de Sustentabilidade. In: FHLIPPI JR. A.; MALHEIROS, T. F. (Orgs.). **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2012. 800 p.

MCMILLAN, D. W.; CHAVIS, D. M. Sense of community: Definition and theory. **Journal of Community Psychology**, v. 14, p. 6-23, jan., 1986.

ÖZBEK EREN, I. Can place-attachment provide cultural sustainability? Empirical research on Turkish neighborhoods 'mahalle. **ITU AIZ**, v. 10, n. 1, p. 138-158, 2013.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

ROCHA, L. B. **A Região Cacaueira da Bahia** – dos coronéis do cacau à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008. 255p.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In: FREIRE, P.; WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/sae-na-midia/governo-define-que-a-classe-media-tem-renda-entre-r-291-e-r-1-019-cidade-verde-em-24-07-2013/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2015.

SCANNEL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: A tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, Issue 1, p. 1–10, mar., 2010.

SICHE, R. et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. X, n. 2. p. 137-148. jul./dez. 2007.

SILVA, S. S. Proposta de um modelo de análise do comprometimento com a sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 3. p. 35-54. jul./set. 2014.

TARPANI, C. Comunidades rurais no Brasil e a informação. **R. C. Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 55-66, jan./jun. 1991.

TIMAURE, C. et al. Nivel de Desarrollo Sostenible de la comunidade agrícola La Victoria, município Lagunillas, Estado Zulia. **Revista de la Facultad de Agronomía (LUZ)**, 24: p. 154-171, 2007.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático. Secretaria da Agricultura Familiar – MDA. Brasília, 2006. 62 p.